

RESOLUÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIA

A - AVALIAÇÃO GERAL SOBRE CONJUNTURA

Diante do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, diante dos ataques sistemáticos do governo e dos patrões, diante das manifestações isoladas e fragmentadas dos trabalhadores e do povo oprimido (greves isoladas, saques, assembléias dos mutuários, etc) é urgente a preparação da Greve Geral.

É necessário transformar a revolta existente no seio da classe trabalhadora em luta organizada, tendo presente que a tarefa de organização não está sendo assumida pela maioria das direções sindicais, incluindo aí setores da Comissão Nacional Pró-CUT, intersindicais e sindicatos. A ausência de encaminhamentos organizativos, assim como o boicote sistemático às iniciativas de lutas por parte desses setores, é a demonstração mais direta dos obstáculos e dificuldades que encontra a classe trabalhadora no seio de suas próprias organizações sindicais.

É por isso que reafirmamos: é necessário um plano de ação para preparação da Greve Geral, tendo presente que hoje o conjunto do movimento sindical deve se apoiar nas mobilizações que estão ocorrendo junto aos servidores e trabalhadores das estatais. É necessário preparar o CONCLAT/83 na perspectiva de dar uma resposta aos ataques do governo e dos patrões, ligando aquela atividade à própria atividade de organização da Greve Geral de tal sorte que, se a Greve Geral não tiver sido deflagrada até a realização do CONCLAT, devemos concentrar esforços para que o CONCLAT seja uma instância de organização e deflagração da Greve Geral.

B - CARÁTER DA GREVE GERAL

Considerando o atual estágio de organização e consciência dos trabalhadores, a preparação da Greve Geral deve se nortear pelos seguintes aspectos:

- a) a Greve Geral deve ser entendida pelos trabalhadores como um instrumento prático que possibilite se defenderem contra as medidas tomadas pelo governo e conquistar suas reivindicações concretas e imediatas, as quais estão concentradas hoje nas seguintes reivindicações básicas: revogação dos Decretos de arrocho salarial; salário desemprego pago pelos patrões e o Governo; redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais sem redução salarial; estabilidade no emprego.
- b) na base deste eixo fundamental (Greve Geral no sentido do atendimento das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores e contra as medidas do governo), o PT deve realizar um trabalho incessante de politizar os trabalhadores explicando-lhes como age o Governo e como ele é o responsável direto pela difícil situação em que vivem hoje os trabalhadores. E neste trabalho de educação política, devemos explicar a importância da derrubada das leis arbitrarias como a LSN (Lei de Segurança Nacional) e a legislação sindical, do não pagamento da dívida externa, da ruptura do acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), da reforma agrária, da estatização do sistema financeiro.
- c) a Greve Geral não significa que todas as categorias e todos os estados vão parar num só momento. Dado os diferentes estágios de revolta e de organização dos trabalhadores, é bem provável que a Greve Geral se desencadeie em um só estado ou em algumas categorias essenciais.

C- PROPOSTAS PARA O MOVIMENTO SINDICAL E PROPOSTAS PARA O PT

(Apresentamos a síntese dos relatórios dos seis grupos de trabalho, que entretanto não foram aprofundados na plenária por falta de tempo).

## a) - PARA O MOVIMENTO SINDICAL

- estimular a criação e participar dos comitês de luta contra o desemprego por local de moradia e por categoria profissional;
- lutar pelo salário desemprego;
- lutar pela isenção das prestações do BNH (Banco Nacional de Habitação) para os desempregados;
- lutar pelo transporte coletivo gratuito para os desempregados (passe-desemprego);
- lutar pelo não pagamento das taxas e impostos (água, luz, esgoto, gás, imposto predial, etc...) pelos desempregados;
- estimular a criação e participar nos comitês de mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH);
- trabalhar no sentido da necessidade da educação política sistemática de todos os trabalhadores;
- lutar pela escala móvel de salários;
- lutar pelo salário-mínimo real e unificado;
- lutar pela estabilidade e garantia de emprego;
- lutar pela redução da jornada de 48 para 40 horas semanais sem redução de salários;
- lutar pelos plenos direitos sindicais da mulher camponesa;
- lutar pelo exercício do Direito de Greve;
- atuar no sentido de garantir a realização de assembléias nos sindicatos que congregam trabalhadores das empresas estatais;
- lutar pela realização do CONGRESSO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA, em São Paulo, de 26 a 28 de agosto de 1983 (CONCLAT/83);
- trabalhar no sentido de que as categorias cujos sindicatos não realizaram assembléias nem eleições de delegados que o façam imediatamente com a mais ampla convocação;
- trabalhar as intersindicais no sentido de preparar a realização do CONCLAT/83;
- estimular e organizar atividades de solidariedade com as categorias em greve;
- integrar o movimento sindical com o movimento popular, na luta pela GREVE GERAL;
- organizar panfletagens em todas as categorias sobre a Greve Geral;
- trabalhar a questão da declaração de estado de Greve Geral, com ampla organização e mobilização;
- trabalhar a construção do comando de Greve Geral em todos os níveis, locais de trabalho, categorias, etc...;
- trabalhar a organização de comandos municipais, estaduais e nacional de Greve Geral;
- ligar a luta dos trabalhadores rurais à luta pela Greve Geral;

- propor que os sindicatos rurais se organizam no sentido de criar um fundo de reserva alimentar para a sustentação da Greve Geral (proposta dos companheiros do Acre)
  - lutar pela Reforma Agrária;
  - desenvolver uma política permanente de articulação do Polo Combativo do movimento sindical. Neste ponto, foram feitas diversas intervenções no sentido de informar o plenário do II ENCONTRO NACIONAL DE SINDICALISTAS DO PT sobre as origens, os objetivos e a atuação do setor sindical do ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais). Por falta de tempo não houve discussão mais aprofundada dessa questão.
- b) - PARA O PARTIDO DOS TRABALHADORES
- elaborar um manifesto do II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, aos trabalhadores e ao povo brasileiro, colocando a necessidade da realização do CONCLAT/83 (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) em São Paulo, de 26 a 28 de agosto, da construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da Greve Geral;
  - divulgar amplamente esse manifesto tirado no II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, para o conjunto dos trabalhadores e para o povo em geral;
  - referendar as deliberações do I e II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, em convenção do Partido;
  - garantir que as resoluções do II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT sejam levadas para conhecimento e discussão nos núcleos e em todas as instâncias do Partido, para que possam ser viabilizadas.
  - trabalhar no sentido de que os núcleos por categoria sejam definidos com direito a voz e voto nas instâncias deliberativas do Partido;
  - trabalhar pela rearticulação de núcleos, principalmente por categorias profissionais;
  - denunciar amplamente as posições dos dirigentes sindicais que não encaminham na prática as deliberações que eles mesmos assumem, no discurso, nas diferentes instâncias do movimento sindical;
  - atuar, no sentido de que os sindicalistas do PT possam influir na mobilização dos mutuários do BNH (Banco Nacional de Habitação), dos funcionários das empresas estatais e nas Assembléias Unitárias do dia 25 de Junho de 1983;
  - garantir que os trabalhadores de base representem suas categorias nos ENCLATs, no CONCLAT e nas instâncias organizativas da Greve Geral;
  - atuar no sentido de organizar toda forma de propaganda e divulgação da construção da CUT, e da Greve Geral, veiculadas nos bairros;
  - atuar em todos os sindicatos e intersindicais, independente das direções que possuem;
  - orientar todo militante do PT para que seja sindicalizado;
  - apoiar os trabalhadores na formação de associações, na criação de sindicatos, na formação de chapas contra pelegos, etc...;
  - orientar e estimular que o Jornal do PT seja um veículo de socialização das in-

- formações sobre o movimento sindical, a realização do CONCLAT/83, da construção da CUT e da Greve Geral;
- destacar a importância e a necessidade de que os dirigentes sindicais do PT participem da vida do partido;
- denunciar o Planejamento Familiar como parte do acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional);
- destacar a urgência de uma proposta de política econômica do PT para a conjuntura;
- destacar a importância do Partido definir propostas concretas sobre questões como desemprego, terra, autonomia sindical, eleições diretas, etc...;
- orientar o PT no sentido que a legislação eleitoral garanta aos partidos políticos a utilização de espaço em rede nacional de rádio e TV, duas vezes por ano, para divulgação de seus programas. Isto é possível também, a nível regional. O PT não deve desperdiçar essas oportunidades. Deve, portanto, reivindicar junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e aos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) os espaços de lei para divulgação de sua proposta política.

Vivemos todos hoje uma situação cada vez mais difícil que já vai se tornando insuportável para amplas camadas da população.

Durante 19 anos o regime que os militares impuseram em 1964 fez o que quiz. Para ampla maioria do povo isso significou miséria e opressão. O país foi levado às portas da bancarrota econômica, e os militares resolveram descarregar nas costas do povo trabalhador a crise que eles armaram.

Subordinado aos interesses do grande capital internacional, o governo só consegue ver mesmo uma saída: fazer o chamado "acordo" com o Fundo Monetário Internacional e aplicar suas recomendações que implicam em:

- liquidar os reajustes salariais semestrais, começando pelos decretos 2012 e 2024, e pelo "expurgo" do INPC;
- arrochar ainda mais os salários de todos, em particular, dos funcionários públicos e dos trabalhadores das estatais;
- aumentar ainda mais o desemprego;
- terminar com os subsídios, como por exemplo para o trigo, que deve transformar o pão em produto de luxo;
- elevar a um nível insuportável as prestações pagas pelos mutuários do BNH;
- elevar da mesma forma as mensalidades escolares, expulsando a juventude da escola.

Contra esses ataques, o povo tem procurado reagir como pode. Por isso ocorreu o movimento dos desempregados paulistas de abril, que depois atingiu outros estados. Por isso, os servidores públicos federais entraram em greve nacional. Pela mesma razão várias outras categorias foram à greve em vários pontos do país, como os servidores públicos estaduais e municipais de São Paulo. É também por isso que os trabalhadores das empresas estatais estão em pé de guerra.

Infelizmente, nem os novos governadores eleitos, nem o novo Congresso Nacional eleito em novembro foram capazes até aqui de reverter essa situação, ou contribuir efetivamente para terminar com ela.

Por outro lado, cresce entre os trabalhadores o sentimento de revolta. Já há algum tempo amadureceu entre nós a compreensão de que só uma Greve Geral de todos os trabalhadores será capaz de deter os pacotes que, um depois do outro, vão embrulhando nossas famílias e o futuro de nossos filhos.

A Greve Geral para se realizar e para ser vitoriosa precisa ser preparada. Muitos dirigentes sindicais tem se declarado favoráveis a ela. Poucos, porém, tem se lançado realmente a prepará-la. A Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, da qual também participam militantes do PT, não conseguiu até agora criar um clima de preparação da paralização nacional.

E, no entanto, face à situação insuportável que já tem levado muitos chefes de família ao desespero, a preparação de um movimento organizado é mais necessária do que nunca. Com isso, queremos dizer que é preciso preparar a Greve Geral.

A realização do próximo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Paulo, nos dias 26, 27, 28 e 29 de agosto próximo, será sem dúvida o momento privilegiado para organizar e preparar essa Greve Geral. Ali, dirigentes e delegados sindicais de todo país da cidade e do campo, terão oportunidade de cumprir este objetivo e, ao mesmo tempo, dar um passo histórico na criação da Central Única dos Trabalhadores.

Consciente dessa situação, o Partido dos Trabalhadores conclama todos os trabalhadores a começar pelos seus próprios militantes, a reunir o melhor de suas forças para garantir o mais amplo e representativo Congresso de Trabalhadores que a história de nosso país já registrou. Dele poderemos sair unidos e organizados em direção a uma Greve Geral contra esse estado de coisas.

E -

AOS COMPANHEIROS DAS EMPRESAS ESTATAIS

- 1 - A aplicação dos planos ditados pelo FMI, que se expressa na decretação de sucessivos pacotes, vem significando arrocho, miséria e desemprego para a maioria da população brasileira.
- 2 - Hoje, através do "pacote das estatais", os trabalhadores destas empresas estarão sendo diretamente atingidos com a perda de importantes conquistas.
- 3 - A rápida resposta destes trabalhadores, em particular os do Banco do Brasil, organizando o movimento a partir dos locais de trabalho, através de comandos democraticamente eleitos, realizando assembléias e manifestações, buscando unificar a atuação a nível intersindical e nacional, é uma demonstração exemplar de como os trabalhadores devem proceder na defesa dos seus legítimos direitos.
- 4 - Os sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, reunidos em 18 e 19 de junho, em São Paulo, no II Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT, reconhecendo a importância desse movimento para a luta dos trabalhadores hoje, vem externar seu incondicional apoio à luta dos companheiros.

II ENCONTRO NACIONAL DE SINDICALISTAS  
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES  
São Paulo, 18/19 de junho de 1983.

II - CONCLAT 83RESOLUÇÕES APROVADASA - POSIÇÃO E A AÇÃO DO PT FACE AO CONCLAT E À CONSTRUÇÃO DA CUT

1)- Diante da situação do país, onde vemos o aprofundamento da miséria e desemprego e ao mesmo tempo a disposição dos trabalhadores brasileiros em lutar contra essa cruel situação, mais do que nunca se faz necessário a construção de um instrumento poderoso, capaz de unificar a força dos trabalhadores da cidade e do campo: a CUT.

É inadiável a construção da CUT. Devemos concentrar todos os esforços para garantir a realização do Conclat em agosto de 1983, em São Paulo, na perspectiva de constituir a CUT em conformidade com as linhas gerais do estatuto apresentado pelos sindicatos de Metalúrgicos de SBC e Bancários de São Paulo.

2)- Os petistas defendem a realização do CONCLAT e dos ENCLATs segundo os critérios gerais expressos no regimento interno e nas deliberações da Prô-CUT existentes até agora, se posicionando contra quaisquer modificações que visem impedir a sua preparação e realização em bases democráticas.

3)- Os militantes sindicais petistas presentes ao Conclat assegurarão a constituição da CUT mesmo que dirigentes sindicais identificados com a US. recusarem-se a aceitar as decisões democráticas e soberanas da plenária - seja chantageando os critérios de sua composição - contra a proporcionalidade por ex. - ou seja retirando-se simplesmente do Congresso. Isso será feito desde que esteja garantida a representatividade mínima do Conclat.

4)- Que a chapa para a direção da CUT formada a partir dos princípios e estatutos que defendemos, seja a única que contém petistas, conforme resoluções do ENSPT (Encontro Nacional de Sindicalistas do PT) em 82.

M E D I D A S

1)- Divulgar o manifesto do ENSPT conclamando os trabalhadores a participar dos ENCLATs, do Conclat e da construção da CUT.

Divulgar a nível nacional os estatutos e documentos aqui aprovados.

\*Divulgar publicamente as resoluções deste Encontro com a assinatura de todos os dirigentes sindicais que estejam de acordo com elas.

2)- Denunciar amplamente as manobras que visam inviabilizar a realização do CONCLAT em agosto de 83 e inclusive apontar os responsáveis.

3)- Levar a discussão da CUT, do Conclat e do estatuto à base das categorias divulgando inclusive o calendário de preparação (prazos, etc.). Batalhar nas assembleias das categorias para que se discuta o plano de lutas e se garanta o compromisso da categoria com a realização do Conclat e tirada da CUT.

- 4)- Nos sindicatos e outras entidades sindicais onde os militantes do PT estão na direção, convocar assembléias para a eleição de delegados. Nos sindicatos onde os militantes do PT não estão na direção exigir que a direção convoque assembléia. Nos casos em que as direções se recusarem a convocar, garantir - conforme o regimento - a realização da assembléia da categoria.

Em todos esses casos devemos nos empenhar para que as assembléias sejam realizadas o mais rápido possível e não no limite do prazo.

Isso é importante tanto para que os delegados eleitos sejam uma garantia da realização do Conclat quanto para permitir articulação dos delegados petistas.

Todo o esforço deve ser feito para eleger o maior número de delegados petistas.

Trabalhar para agrupar todos os setores do movimento sindical que defendem a luta pela Greve Geral e pela construção de uma CUT segundo as linhas gerais de estatuto apresentado pelos sindicatos dos metalúrgicos de SBC e bancários de São Paulo.

- 5)- Garantir a realização dos Enclats em todos os Estados batalhando para que imediatamente seja definida data e local.
- 6)- Procurar atrair o maior número possível de trabalhadores rurais e seus sindicatos para a preparação do Conclat.
- 7)- Devemos interferir para que todas as condições materiais sejam dadas para a participação dos delegados de todo o Brasil, através dos Sindicatos, das intersindicais, da CNPC (Comissão Nacional Pró-CUT) e mesmo de campanhas de finanças.

POR UMA AÇÃO ORGANIZADA DO PT

No sentido de aprofundar e dinamizar a atuação dos militantes petistas na luta sindical, como caminho claro para concretização das nossas propostas algumas ações são remetidas ao partido:

- 1)- Que a direção assuma efetivamente a luta sindical, com o reforço dos trabalhos das secretarias sindicais, promovendo de forma mais ampla e ágil a divulgação das informações que possibilitem a troca de experiências e o conhecimento da situação a nível de cada estado e a busca da nossa unidade na luta sindical, em particular neste momento garantindo a realização do Conclat.

Que nas reuniões das direções e secretarias sindicais se avalie e se garanta o encaminhamento das deliberações dos sindicalistas neste encontro.

- 2)- Que os sindicalistas do PT e a Direção do Partido, junto às instâncias regionais e nacional, reafirmem a necessidade da formação dos núcleos por categorias e por lo-



cal de trabalho, lutando pela garantia da voz e voto dentro das instâncias de direção do Partido.

Que a direção e secretarias sindicais divulguem e orientem formas de criação, organização e critérios de representatividade dos núcleos de categorias, e intercategorias, apresentando propostas nas pré-convenções para que tais questões sejam deliberadas.

- 3)- Montar uma estrutura a partir da Secretaria Sindical Nacional do PT, e das secretarias estaduais, reunindo quando necessário para possibilitar um acompanhamento do nosso trabalho e uma avaliação prévia da correlação de forças no Conclat. Realizar ainda, uma plenária dos militantes e simpatizantes do PT e daqueles que concordam com nossas propostas na véspera do CONCLAT, para organizar a nossa intervenção.
  - 4)- É importante que as lideranças nacionais do PT circulem pelos estados realizando atividades que contribuam para aprofundar a discussão sindical no interior do Partido em todo o país.
  - 5)- Os membros da CNPC petistas devem colaborar com os militantes de outros estados onde não há petistas na CNPC (Comissão Nacional Pró-CUT).
  - 6)- Todos os esforços devem ser desenvolvidos no sentido de que sejam superadas as deficiências do PT na luta pelo CONCLAT. Os dirigentes sindicais petistas devem assumir sua responsabilidade nos sindicatos, nas intersindicais e na Pró-CUT.
- A secretaria sindical nacional e as secretarias estaduais devem divulgar amplamente as resoluções dos encontros e trabalhar pela sua aplicação unitária em todos os sindicatos.
- 7)- É preciso que haja de fato uma orientação sindical do Partido como única forma de unificar ações concretas dos militantes e impedir que setores do movimento como pelegos e seus aliados por ex. dêem direção ao movimento.
  - 8)- É preciso que tenhamos uma política sindical clara baseada em pontos comuns que unifique nossa intervenção no movimento sindical concreto.
  - 9)- Que nos próximos encontros seja garantido no início dos trabalhos, um tempo para os informes organizados dos Estados.
  - 10)- Que para as reuniões do Partido (como este encontro por exemplo) os custos de passagem, estadia, etc., sejam divididos igualmente por todos os participantes de tal forma que os militantes dos estados mais distantes não continuem sendo prejudicados.

(Apresentamos a síntese dos relatórios dos seis grupos de trabalho, que entretanto não foram aprofundadas em plenária, por falta de tempo)

- 1) - Que a proposta dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e dos Bancários de São Paulo fosse utilizada como base para discussão e que os militantes do PT lutem por seu aprofundamento e pela sua aprovação nos ENCLATs, CONCLAT, etc...
- 2) - Que seja elaborado um documento revelando as diferenças entre as propostas de estatuto para a CUT, dando ênfase na denúncia do autoritarismo na proposta elaborada pelo secretariado da Comissão Nacional Pró-CUT.
- 3) - Que a Direção Nacional do PT, através da Secretaria Nacional Sindical, sirva como fonte de recebimento de propostas de melhoria do anti-projeto de estatuto para a CUT que defendemos, e que essa secretaria se encarregue da socialização dessas informações.
- 4) - Embora o PT encampe a proposta dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e dos Bancários de São Paulo, e ENCLAT de Goiás, ela não pode ser divulgada como proposta do PT.
- 5) - Que a divulgação da proposta que apoiamos seja feita em forma de livreto para ser vendido e que com essa venda se arrecadem fundos para as despesas de nossos delegados ao CONCLAT.
- 6) - Não podemos fechar aqui todas as questões a respeito do estatuto para a CUT. Ele é um documento básico, sujeito ainda a outras emendas e contribuições.

Neste sentido destacamos que:

- no capítulo II - Objetivos e Princípios, a redação está dando a idéia de que os objetivos da CUT se confundem com os objetivos de um Partido Político;
- a CUT tenha como um de seus objetivos a luta pelo socialismo;
- a CUT teria como papel encaminhar as lutas gerais e dar apoio e solidariedade às lutas isoladas das categorias;
- é necessário organizar a executiva e distribuir as funções dos seus membros;
- a primeira direção da CUT saiba o que fazer, que assuma compromisso com o plano de luta e com o plano de organização da CUT;
- as formas de convocação extraordinária dos organismos de direção não estão resolvidas na nossa proposta;
- se faz necessário pensar melhor a questão de periodicidade das reuniões dos organismos da CUT. Surgiram 2 idéias:
  - A) Direção
    - bimensal
    - Executiva Nacional - mensal
    - Executiva Estadual - quinzenal
    - Executiva Regional - quinzenal
  - B) Direção Nacional - trimestral
    - Direção Estadual - bimensal
- necessário organizar a questão do Conselho Fiscal nacional, estadual e regional. Eleição de 5 pessoas, em cada instância, realizada em Congresso.
- na questão de finanças existe uma contradição em nossa proposta: a CUT é de to-

dos os trabalhadores, e a receita para ela é com base apenas nos trabalhadores sindicalizados;

- a questão das relações internacionais, a nível político, deve ser melhor pensada e melhor elaborada. Existe uma proposta para ser desenvolvida em debate com a seguinte formulação; a CUT pode se filiar internacionalmente desde que aprovada, essa filiação, em Congresso por 2/3 dos delegados;
- com relação a composição da plenária nacional: proposta que em vez de 1/3 da direção estadual participe das plenárias toda a direção estadual;
- a plenária estadual não pode ser um outro Congresso. Devem participar a direção estadual, os membros da nacional no Estado, e 1/3 do número de delegados eleitos para o Congresso, por categoria; e
- a questão das eleições da direção nacional é polêmica e deve ser aprofundada e melhor discutida. Existe proposta de eleição direta e outra de eleição no Congresso.

III - MOÇÕES APROVADAS

## MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO DA NICARÁGUA

Nós, participantes do II Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT, nos solidarizamos com o povo da Nicarágua, frente à atual agressão imperialista. Denunciamos as ações da CIA via Honduras, Costa Rica e dentro mesmo da Nicarágua.

Denunciamos o governo fantoche de Honduras, que serve de base para as agressões imperialistas dando cobertura, com seu exército, aos mercenários somozistas treinados e financiados pelos EUA para realizar ações terroristas assassinando, dentro do território nicaraguense, trabalhadores jovens alfabetizadores, crianças e companheiros internacionalistas.

Denunciamos os interesses belicistas e imperialistas do governo Reagan que pretende criar uma guerra centroamericana e através da CONDECA (Confederação dos Exércitos CentroAmericanos), outro instrumento fantoche dos EUA, invadir a Nicarágua e massacrar o seu povo.

Reafirmamos a nossa solidariedade ao povo nicaraguense.

São Paulo, 19 de Junho de 1983.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Desde ontem, por determinação do ministro da justiça, Abi Ackel, todo estrangeiro que não estiver com sua permanência regularizada no Brasil será expulso do país. Sabemos que entre nós se encontram milhares de companheiros estrangeiros, principalmente do CONE SUL (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile) que para cá vieram refugidos das ditaduras sangrentas instaladas nos seus países. E não podemos permitir que retornem para as mãos desses ditadores para sofrerem toda espécie de repressão que continua vigorando nesses países.

Nesse sentido, nós sindicalistas reunidos no II Encontro Nacional de Sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, repudiamos a Lei dos Estrangeiros em vigor em nosso país e mais essa medida repressiva da ditadura brasileira, e reafirmamos nossa solidariedade aos povos oprimidos.

São Paulo, 19 de Junho de 1983

## MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Diante das últimas notícias de novas prisões, sequestros, assassinatos e desaparecimentos de companheiros que continuam resistindo e combatendo as ditaduras do Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, nós trabalhadores reunidos no II Encontro Nacional de Sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, queremos manifestar nossa total solidariedade à luta que esses povos irmãos vêm desenvolvendo para reconquistar a mais ampla liberdade de expressão, organização e participação em seus países.

São Paulo, 19 de Junho de 1983